



# INVESTIMENTOS PARA A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO CEARÁ: ENTRE A LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DESAFIOS DA REALIDADE

PERES, Ékila de Menezes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
elkila\_peres@hotmail.com

MOURA, Paulyana dos Santos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
paulyanamoura@gmail.com

COSTA, André Azevedo  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
andrezcostabio@gmail.com

**Eixo temático 8:** Políticas públicas e suas modalidades

## RESUMO

O foco do trabalho se define em como as escolas quilombolas do Estado do Ceará estão sendo assistidas pelo Governo, tendo em vista que existe a Lei 10.639/03, pautada na obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira em todos os currículos da educação básica sendo pública ou privada e é assegurada também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para esta modalidade, aprovada em 2012. Como forma de pesquisa, buscamos informações no sítio eletrônico da Secretaria de Educação no recorte espacial de 2013 a 2016, além do livro Educação Quilombola - BOLETIM 10, de junho 2007, que traz as propostas pedagógicas referentes às áreas de conhecimento: geografia e história, uma vez que engloba o trabalho com o entendimento da Terra e da Cultura, pautada nas tradições, além de falar da Lei em evidência que é de suma importância para o desenvolvimento pedagógico nas comunidades quilombolas.

**Palavras-chave:** Ceará. Quilombo. Investimento. Afro-brasileira.

## 1 INTRODUÇÃO

Diante dos importantes índices de educação no Ceará, este trabalho tem como objetivo mostrar os investimentos e as melhorias para a educação no Estado, mas com o recorte somente para a modalidade de Educação Quilombola. Este texto tem o objetivo de apresentar breve perfil dos investimentos na educação escolar quilombola no Ceará, a partir dos dados disponíveis na Secretaria de Educação (SEDUC). Com o intuito de mostrar a assistência e o investimento que essas comunidades estão recebendo, tendo em vista que possuem uma vasta história e cultura e que não poderia ser esquecida.

Após a Lei 10.639/03 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da



rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (MEC, 2012). As políticas públicas fornecem auxílios para essas comunidades que tem o direito de ter sua história repassada e as crianças e adultos dessas comunidades devem manter o seu direito a escolaridade. Mesmo com essas implementações, não são poucos os obstáculos para que possam efetivamente ter seus direitos assegurados, sabendo de toda a sua exclusão sofrida e vulnerabilidade que sofrem para ter os seus direitos fundiários reconhecidos; além disso, as políticas públicas precisam lidar com as particularidades que cada quilombo possui.

O Ministério da Educação (MEC) junto com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) utiliza o incentivo que repassa um valor superior para escolas que recebem alunos quilombolas (MEC, 2012). Na teoria é um ótimo incentivo para as escolas introduzirem os alunos que necessitam estar na escola e que talvez não possuam escola quilombola na sua região; mas precisamos nos atentar ao fato de que as escolas podem visar o dinheiro e não inserir o aluno de forma que respeite sua cultura ou que não cumpra a Lei citada acima.

No Ceará a Secretaria de Educação trabalha constante com políticas de formação de professores sobre a Cultura Afro-Brasileira, além de trabalhar direto com o auxílio nos quilombos que é de suma importância, pois lá temos a forte representatividade da luta do povo negro, sua resistência, cultura, tradições.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Conhecendo a história sabemos que o conceito de quilombo se alterou com o passar dos anos. Atualmente, após a abolição da escravidão, o seu significado foi modificado; hoje, quando falamos em Quilombo, compreendemos como uma comunidade composta por pessoas descendentes de africanos escravizados que mantêm as tradições culturais e em alguns ainda é possível ver suas tradições religiosas.

As comunidades quilombolas são localizadas tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas, no Ceará existem comunidades Quilombolas nos municípios: Tururu, Porteirias, Horizonte, Crateús, Aquiraz, Pacajus, Coreaú / Moraújo, Quiterianópolis, Tamboril, Tauá, Croata, Araripe, Novo Oriente, Quixadá, Baturité, Ipueiras, Salitre, Tamboril, Aracati (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2013; ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SEDUC, 2013).

De todas as comunidades registradas no Estado, apenas 42 já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Essa Fundação é responsável pela prevenção e promoção da arte e da cultura afro-brasileira e esses certificados fazem com que a comunidade quilombola tenha seus direitos assegurados e tenha acesso a programas



sociais do Governo Federal (FUNDAÇÃO CULTURA PALMARES, 2018). Dados de 2016 mostram que no Ceará possuem em torno de 4.017 famílias, distribuídas em 73 comunidades.

A Secretaria de Educação buscando resguardar as comunidades, trouxe ações prioritárias, como a Primeira que foi um seminário objetivava em trazer conhecimento sobre a Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, para que os professores possam difundir essas informações com os conteúdos na escola. Esse evento ocorre anualmente, com três etapas e conta com a participação dos professores de todo o Estado.

A Segunda ação foi um encontro com os movimentos quilombolas, órgãos atuantes e as Secretarias Municipais. O primeiro encontro foi realizado em 2015, e teve o intuito de discutir o currículo, a legislação com a vontade de sempre trazer melhorias e mais aprofundamento nas lutas, culturas e representatividade.

A Terceira ação foi a implantação e implementação de turmas de alfabetização de jovens e adultos, que recebeu o nome Projeto Luz do Saber, além da alfabetização, e seu outro objetivo é a iniciação do adulto na cultura digital, fazendo com que o adulto obtenha conhecimento de várias formas, a primeira edição ocorreu em 2010/2011. E a Quarta ação está relacionada a reformas e criação de escolas quilombolas que não possuam só o Ensino Fundamental, mas como o Ensino Médio também.

Com relação a última ação citada temos a Escola Estadual Quilombola Maria Luíza da Conceição, criada em 2013 como a primeira escola quilombola para a educação de jovens e adultos, e em 2014 teve sua primeira turma formada, além de também ser a primeira escola da rede estadual. Em 2016 já havia duas solicitações aprovadas para a construção de novas escolas quilombolas em Encantados do Bom Jardim em Tamboril-CE e em São Benedito-CE. Até 2016 haviam 36 escolas públicas Quilombolas Municipais, 1 escola privada localizada em Fortaleza, 1 escola pública estadual localizada em Croata.

Em 2013 havia apenas 30 estabelecimentos sendo todos municipais e somente 2 no meio urbano, ocorreram 3.835 matrículas, sendo 409 na área urbana. Do número total de matrículas 740 foram para a Educação Infantil, sendo 181 em creches e 559 na pré-escola. 2947 no Ensino Fundamental, sendo 1671 nos anos iniciais e 1276 nos anos finais. No Ensino Médio não houve matrículas e no EJA teve 148 matrículas e todas foram para o Ensino Fundamental (SILVA, 2015).

Continuando com os dados referentes a 2013, existiam 2 escolas com apenas uma sala, 11 escolas com 2 salas, 9 escolas com 3 a 5 salas, 8 escolas com 6 a 10 salas e nenhuma escola com mais de 10 salas (SILVA, 2015). Nesse caso vemos a necessidade de outras escolas receberem os alunos quilombolas, para que essas crianças não fiquem sem acesso à escola pela limitação de não possuir uma escola quilombola em sua área ou próximo.



Com relação aos recursos que a escola possui, de 30 escolas apenas 17 possuem biblioteca ou sala de leitura, 8 possuem acesso à internet, 18 possuem laboratórios de informática, apenas 4 são adaptadas para alunos com deficiência e 9 com quadra de esportes (SEDUC, 2013).

Após a leitura dos dados vemos que mesmo com as políticas públicas ainda há muito a ser feito e melhorado, não somente em questão curricular, mas com relação a estrutura escolar pois um aluno que não tem acesso a biblioteca acaba limitando seu conhecimento somente aos livros didáticos.

Em 25 de maio de 2011 foi instalada, em Redenção no estado do Ceará, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab. Entre seus objetivos, está a integração entre o Brasil e os países africanos e também a outros países membros da chamada CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, promovendo um intercâmbio cultural, científico e que venha, com isto, desenvolver a região (UNILAB, 2018). Passo esse, muito importante para lembrarmos a luta do povo negro e que esta, ainda não se deu por acabada. Há um longo caminho de conquistas e a sociedade, historicamente, tem uma dívida por tantos anos sem uma política especial que desse igualdade aos povos que por anos foram escravizados, como cita Pereira (2009).

### 3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Esse projeto se baseia em uma pesquisa explorativa através de sítios eletrônicos como o da Secretaria de Educação, para que pudessem nos fornecer informações preliminares do nosso objeto de estudo, o processo descritivo está incluído através da exposição do tema proposto com o intuito de descrever os seus aspectos e o processo bibliográfica através de artigos, livros e através deles tentando coletar e analisar os dados para melhor entendimento e exposição do assunto.

### 4 CONCLUSÕES

Com esse trabalho concluímos que há investimentos vindos do MEC, SEDUC, que estão trabalhando projetos para que cada vez mais possam inserir os quilombolas na escola, além de investir na formação dos professores que é um passo muito importante para que os mesmos se sintam inseridos na realidade do aluno e que o aluno não se sinta excluído em nenhum aspecto.

As políticas públicas precisam trabalhar melhor no aspecto de estrutura, para que tanto os jovens quanto os adultos sejam amparados, pois até 2013 não havia Ensino Médio



e para onde esses alunos estavam indo? Muitos podem ter desistido após terminar o Ensino Fundamental e é nisso que precisa ser investido, a ampliação do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, que eles façam uma ponte para que o aluno mantenha os estudos e consiga finalizar.

## REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Diversidade e Inclusão Educacional. **Educação Escolar Quilombola**, 2013. Disponível em: <<https://www.seduc.ce.gov.br/index.php/sistemas/206-desenvolvimento-da-escola/diversidade-e-inclusao-educacional/educacao-escolar-quilombola/11296-educacao-escolar-quilombola>>. Acesso em: 11 out. 2018.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Notícias 2013. **Educação Quilombola**, 2013. Disponível em: <<https://www.seduc.ce.gov.br/index.php/noticias/192-noticias-2013/7083-governo-inaugura-primeira-escola-quilombola-da-rede-estadual-cearense>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Lei. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em: 10 out. 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <[http://www.palmars.gov.br/?page\\_id=95](http://www.palmars.gov.br/?page_id=95)>. Acesso em: 10 out. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Professores fazem curso sobre educação quilombola no Maranhão**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32805-educacao-quilombola>>. Acesso em: 10 out. 2018.

PEREIRA, Ilídio Medina. **O debate sobre a política de ação afirmativa para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras**. 2009.

SILVA, Tatiana Dias. **TD 2081 – Educação Escolar Quilombola no Censo da Educação Básica**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abr. 2015.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/institucional-2/>>. Acesso em: 15 out. 2018.